

# Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

24/04/2011

Normal

0

21

false

false

false

MicrosoftInternetExplorer4

st1:\*{behavior:url(#ieooui) }

/\* Style Definitions \*/

table.MsoNormalTable

{mso-style-name:"Tabela normal";

mso-tstyle-rowband-size:0;

mso-tstyle-colband-size:0;

mso-style-noshow:yes;

mso-style-parent:"";

mso-padding-alt:0cm 5.4pt 0cm 5.4pt;

mso-para-margin:0cm;

mso-para-margin-bottom:.0001pt;

mso-pagination:widow-orphan;

font-size:10.0pt;

font-family:"Times New Roman";

mso-ansi-language:#0400;

mso-fareast-language:#0400;

mso-bidi-language:#0400;}

Pelo menos 24 suplentes que exercem mandato na Câmara dos Deputados voltarão suas atenções nesta semana ao Supremo Tribunal Federal. Depois de a atual legislatura chegar quase a três meses, finalmente os ministros da Suprema Corte definirão se as cadeiras de parlamentares que se licenciaram devem ser ocupadas por suplentes da coligação ou do partido. O julgamento está marcado para próxima quarta-feira (27/4). Caso a maioria decida que o direito é do partido, haverá mudança em 24 das 49 cadeiras de deputados licenciados para o exercício de cargos no Poder Executivo. A notícia foi publicada no jornal **Correio Braziliense**. *Clique [aqui](#) para ler mais na ConJur.*



---

## Ficha Limpa

A decisão do Supremo Tribunal Federal de vetar a aplicação da Ficha Limpa nas eleições do ano passado ainda provoca expectativas e dúvidas sobre quem serão os novos parlamentares e mexe com os ânimos tanto dos que devem voltar quanto dos que assumiram no lugar dos fichas-sujas barrados nas urnas no ano passado. De acordo com o jornal **O Globo**, muitos dos que hoje têm em mãos os diplomas e foram empossados estão dispostos a lutar até na Justiça para manter os mandatos, o que poderá prolongar ainda mais o impasse.

---

## CrITÉRIOS para concessão

O Ministério da Previdência trabalha em um conjunto de normas para limitar os critérios de concessão de pensões por morte no Brasil. O objetivo é reduzir o altíssimo deficit previdenciário e evitar que pessoas que não necessitem do benefício sejam contempladas. A proposta será apresentada ao Palácio do Planalto, para então negociar as eventuais alterações com as centrais sindicais e setores do próprio governo. A princípio, essas normas englobariam o serviço público e o regime geral da Previdência. A notícia é do jornal **Folha de S. Paulo**.

---

## Pandora do lixo

As denúncias que envolvem a promotora de Justiça Deborah Guerner revelam uma teia de ligações com outras histórias nebulosas do Distrito Federal. Influente até a deflagração da Operação Caixa de Pandora, ela tinha conexões com políticos e empresários e pode comprometer a biografia de muita gente caso resolva detalhar reuniões e acordos que viu acontecer. De acordo com o Ministério Público Federal, Deborah simula loucura para driblar os efeitos de possíveis condenações no Conselho Nacional do Ministério Público e na Justiça. Caso aceite, por exemplo, participar do benefício da delação premiada, Deborah tem potencial para comprometer muitas autoridades e empresas, principalmente as interessadas no mercado do lixo. A notícia é do jornal **Correio Braziliense**.

---

## Guerra fiscal

A confirmação de que a Foxconn, maior exportadora da China, vai produzir no Brasil a segunda geração do tablet da Apple, o iPad 2, abriu uma guerra entre municípios pelo investimento bilionário, de acordo com reportagem de Lino Rodrigues publicada na edição deste domingo do jornal **O Globo**. Maior fabricante de eletrônicos do planeta, a taiwanesa Foxconn acenou com um desembolso de até US\$ 12 bilhões. Pelo menos duas cidades da região de Campinas saíram à caça desse dinheiro: Jundiaí, a cerca de 60 quilômetros de São Paulo, e a vizinha Indaiatuba. Ambas já abrigam unidades da multinacional. Ao contrário de Indaiatuba, que confirma ter apresentado um pacote de isenções, Jundiaí negocia em silêncio.

---

## Promessa é dívida

Enquanto a sociedade civil começa a se mobilizar para levar ao Congresso a lei que obriga presidente, governadores e prefeitos a apresentar um programa de metas concretas a partir das promessas de campanha, os municípios que aprovaram a norma por conta própria não conseguem cumpri-la. Levantamento do jornal **Folha de S. Paulo**, mostra que das 13 cidades



paulistas que adotaram a regra, apenas 7 apresentaram o planejamento no prazo, de 90 dias após a posse.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2011-abr-24/noticias-justica-direito-jornais-149/>